



VII CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO X CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

TEMAS CRÍTICOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

[Resumo expandido]

Políticas de formação de gestores escolares: Salvador, BA, Brasil e Santiago do Chile

Jomária Alessandra Queiroz de Cerqueira Araujo
Universidade do Estado da Bahia. Brasil
Email: akeiroz@gmail.com

Augusto Cesar Rios Leiro
Universidade do Estado da Bahia. Brasil
Email: cesarleirocbce@gmail.com

O problema

Na esteira da internacionalização da educação e da implantação de padrões de regulação, processos em que a aplicação de provas padronizadas, a competição entre as escolas e a responsabilização dos profissionais da educação pelos resultados estudantis surgem como principais características, o gestor escolar tem sido apontado como um agente relevante na operacionalização e no monitoramento das responsabilidades. Dessa forma, a investigação sobre as políticas de formação do gestor escolar em diferentes redes de ensino pode contribuir para a reflexão sobre o grau de influência que este profissional exerce no desenvolvimento da educação nacional e na concretização de uma agenda internacional.

O papel do gestor escolar e sua formação no processo da internacionalização

Na última década, os sistemas de ensino em todo o mundo têm sido submetidos a mudanças, cujas principais características apontam para uma maior regulação por parte do Estado ao mesmo tempo em que espelham um maior esvaziamento das responsabilidades estatais. No desenvolvimento das políticas de descentralização, nas quais imperam a gradual delegação de poderes, a atribuição de autonomia aos estabelecimentos, a aplicação de testes padronizados, a privatização, a subvenção e a responsabilização dos sujeitos pelos resultados (BARROSO, 2005), as funções do gestor escolar tornam-se cada vez mais complexas, uma vez que cabe a este profissional gerir as tensões existentes entre os focos de interesse das comunidades locais e as políticas nacionais e internacionais.

No contexto de transformações sociais e políticas que conformam um cenário de incertezas e pressões, em razão de uma suposta eficácia, o gestor escolar assume um papel estratégico no movimento de adequar as possibilidades presentes nas estruturas escolares às exigências institucionais. Exposto muitas vezes a condições subumanas de trabalho, este profissional acompanha as gradativas mudanças dos currículos nas áreas de humanidades e artes e vê prosperar os interesses do sistema pelas competências acadêmicas de predileção do mercado (línguagens e lógico-matemáticas).

Dessa forma, pressionado por vieses tensionados pela alta concorrência, pela precarização das estruturas, pela desvalorização histórica da profissão docente e pelas inseguranças características da modernidade, sua atuação e formação podem ser limitadas de acordo com os padrões rígidos propostos, insuficientes para responder à transformação social em curso.

Nessa perspectiva, as políticas de formação de gestores escolares dentro dos sistemas de ensino podem dar pistas sobre os reais objetivos atribuídos à educação e aos agentes educativos, além de revelar o grau de influência atribuído aos gestores na definição de agendas sociais.

Dessa maneira, a análise das políticas de formação continuada deste profissional pode revelar se as prioridades eleitas pelos sistemas de ensino e se as estratégias operadas contribuem para garantir um plano de formação continuada que permita a vivência de um estado de reflexão pessoal e coletiva capaz de contestar, inclusive, as

conflitualidades ideológicas, políticas e sociais presentes nas instituições de ensino em geral (TORRES, 2017).

Nesse aspecto, a formação continuada de gestores escolares é tão relevante para a superação de modelos quanto os conhecimentos básicos adquiridos durante sua formação inicial em licenciatura e ao longo da sua experiência docente, já que, para compreender e transmudar o sistema educativo, é necessário superar a insuficiência da formação inicial de docentes para o exercício da gestão escolar, a qual, embora promova a discussão sobre uma gama de conteúdos e práticas, o faz, geralmente, de forma fragmentada e desarticulada da realidade local, em especial para a atuação na direção de uma unidade escolar.

Outra justificativa para a relevância da análise do processo de formação de gestores está pautada na dinamicidade do processo educativo, que, por sua vez, está imbricado com os movimentos naturais e sociais presentes na história da humanidade (PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, 2003). Os processos de formação podem ser divididos em duas categorias: a formação continuada *formal*, que ocorre por meio de programas, cursos e palestras, ou seja, por meio de atividades intencionalmente planejadas para servir de referencial formativo, e formação continuada *informal*, caracterizada por processos formativos vivenciais, cotidianos e de referência profissional, por práticas pedagógicas e pela participação em movimentos sociais.

Por esse ângulo, a formação de gestores escolares, especialmente os das escolas públicas, deve ser costurada com linha dupla, num processo que, ao mesmo tempo, recupere o valor social da profissão docente e promova o desenvolvimento e a participação das comunidades (VIANA, 2005) enquanto espaços singulares de convivência e de amadurecimento das habilidades, da criatividade, da criticidade, da internacionalidade e da autonomia (AGUIAR, 2009), além de ser desenhada e operacionalizada de forma institucional e estatal, sob a forma de uma política que espelhe a relevância atribuída à educação e aos agentes educativos.

Nesse sentido, entende-se que, sob o apelo do desenvolvimento contínuo e coletivo de profissionais e de comunidades, experiências têm sido vivenciadas em diversas instituições (Faculdades de Educação, Secretarias Estaduais e Municipais, organizações sociais, instituições de fomento à pesquisa e inovação etc.), na tentativa de discutir as intenções, essências e repercussões de programas de formação de gestores escolares.

Tais discussões incluem o estudo de programas de formação ofertados por sistemas de ensino públicos e sua contraposição à formação em programas de formação de outros sistemas de ensino, locais e internacionais.

Mas o que fundamenta este interesse? A evidência presente na literatura (nacional e internacional) de que o processo de globalização cultural e econômica, iniciado com as primeiras navegações e acelerado pelo uso das tecnologias digitais, tem imposto modelos e padrões para toda a atividade humana, em especial para os educadores e a liderança escolar.

Por essa razão, a discussão sobre o tipo de formação profissional do gestor saiu da esfera local ou nacional e tem movimentado o planeta, permitindo comparações, identificação de afinidades e a análise de contrastes. A esse movimento de transposição de fronteiras corresponde um processo nomeado ‘internacionalização da educação’.

Nesse sentido, este resumo expõe as margens de uma tese que compõe o rol da pesquisa matricial do Grupo de Pesquisa Formação do Educador, Memória e Comunicação – FECOM - do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, Brasil, na qual campos diversificados da ciência e elementos subjetivos figuram como elementos intrínsecos no enfoque das relações a serem avaliadas, com o objetivo de compreender as configurações e os contextos das políticas de formação de gestores escolares à luz da percepção dos próprios gestores, em duas redes públicas municipais de ensino: Salvador, Bahia, Brasil e Santiago do Chile.

Palavras-chaves: Gestão escolar, Políticas de formação, Internacionalização da Educação.

Referências

AGUIAR, A. M. S. Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 67-79, jan./abr. 2009.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. **Relatório Brasileiro sobre Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais**. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_dhescas_br/relatores_plataforma_dhesc_br_2003.pdf. Acesso: 2 set. 2022.

TORRES, H. C. A evolução da administração escolar no Brasil. In: NOVAES, I. L.; MUTIN, A. L.; ARAUJO, J. A. Q. de C. **Reflexões e perspectivas sobre política e gestão educacional**. Salvador: EdUneb, 2017. v. 1, p.5-20

VIANA, N. Adorno: educação e emancipação. **Revista Sul-Americana de Educação**, Brasília, DF, n. 45, maio/out. 2005. Não paginado. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4062>. Acesso em: 23 mar. 2022.